



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO
www.camposdejulio.mt.gov.br

APRECIÇÃO RECURSAL - TP 06/2022

TOMADA DE PREÇO Nº 06/2022
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de reforma e ampliação da Escola Estadual Angelina F. Mazutti, em atendimento ao Convênio 1786/2021.
RECORRENTE: GMN EMPREENDIMENTOS EIRELI
RECORRIDA: STARK CONSTRUÇÃO LTDA

I - DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

A manifestação da licitante **GMN EMPREENDIMENTOS EIRELI**, ora recorrente, foi interposta no prazo legal de cinco dias úteis, previsto no artigo 109, I, alínea "b" da Lei 8.666/93, uma vez que o início do prazo passou a fluir da lavratura da ata da reunião da comissão de licitação acerca do julgamento das propostas ocorrida no dia 29/6/2022 (fl. 795), ao passo que o protocolo do recurso se deu no dia 6/7/2022, revelando-se, portanto, tempestiva.

Art.109.Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I -recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

(...);

b) julgamento das propostas;

II - DA SÍNTESE DAS RAZÕES DA RECORRENTE

A recorrente insurge-se contra a decisão da Comissão de Licitação que habilitou a licitante **STARK CONSTRUÇÃO LTDA**, sob o fundamento de descumprimento ao item 4.8, por ausência de documentos do sócio Péricles Couto Rocha, vez que uma cópia autenticada não pode substituir o documento original, indispensável para a verificação e autenticação do agente público.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO
www.camposdejulio.mt.gov.br

Suscita ademais a ausência de procuração do sócio Antônio Furtado de Menezes, prevista no item 1, "I" - Habilitação jurídica do Anexo I, vez que o contrato social apresentado consigna a representação conjunta com os demais sócios, sustentando a ausência de poderes para, isoladamente, assumir compromissos pela empresa.

Aduz que a situação aventada fere o princípio da vinculação ao edital.

Por fim, requer pontualmente:

a) o acolhimento do recurso, a fim de reformar a decisão que habilitou a licitante **STARK CONSTRUÇÃO LTDA**, pelo não cumprimento às regras do edital.

III - DAS CONTRARRAZÕES DA RECORRIDA

A recorrida **STARK CONSTRUÇÃO LTDA**, a despeito do recurso interposto pela licitante **GMN EMPREENDIMENTOS EIRELI**, não apresentou contrarrazões no prazo legalmente estabelecido.

IV - DA ANÁLISE DOS ARGUMENTOS E FUNDAMENTAÇÃO

Pertinente ao deslinde da questão em exame, convém discorrer primeiramente sobre o que dispõe o edital regente da presente Tomada de Preços nº 06/2022, bem como a legislação vigente. Vejamos:

6.3. Se a licitante se fizer representar por sócio, sócio administrador, sócio gerente, diretor ou proprietário:

6.3.1. Cópia da cédula de identidade ou documento equivalente do sócio, sócio administrador, sócio gerente, diretor ou proprietário;

6.5. Os documentos que credenciam o representante deverão ser entregues, preferencialmente, fora dos envelopes de números 01 e 02.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO
www.camposdejulio.mt.gov.br

6.7. Os documentos usados para fins de credenciamento poderão ser usados para fins de habilitação, não sendo necessário sua duplicação. (fl. 50)(g.n)

17.1. A Comissão Permanente de Licitação, no interesse público, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Da leitura dos itens do edital regente do certame, precedentemente transcritos, notadamente o item 6.3.1, em destaque, tem-se por Inafastável que a Comissão Permanente de Licitação ateve-se a todos os critérios já previamente estabelecidos no edital, bem como à legislação vigente e ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao admitir a apresentação do documento do sócio da licitante **STARK CONSTRUÇÃO LTDA**, Péricles Couto Rocha, através de cópia autenticada por tabelião, desacompanhado do documento original.

Isso porque, como se observa do subitem 6.3.1, na hipótese de licitante representada por sócio, sócio administrador, sócio gerente, diretor ou proprietário, os documentos usados para fins de credenciamento restringem-se a apresentação de cópia da cédula de identidade ou documento equivalente do sócio, sócio administrador, sócio gerente, diretor ou proprietário, ressalvada expressamente no item 6.7 a possibilidade da utilização desses para fins de habilitação, não sendo necessário sua duplicação.

Digno de nota ainda que o próprio item 4.8, citado pelo recorrente, é claro ao admitir a possibilidade de apresentação de documento em fotocópia autenticada por tabelião de notas, afastando portando o argumento do recorrente, nesse tocante.

Ademais, frisa-se que a autenticação do documento mencionado foi realizada em data pretérita (20/05/2022), e não no momento da Sessão de Julgamento. Essa prática, inclusive, é rotineira no âmbito da



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO
www.camposdejulio.mt.gov.br

Administração Municipal, justamente para evitar ônus financeiros desnecessários aos pretensos licitantes.

Em consonância com os argumentos expendidos, destaca-se a jurisprudência do Tribunal de Contas de Mato Grosso, extraído do recente Acórdão 402/2021-TP, acerca do tema sob exame, a conferir:

Licitação. Documentos de habilitação. Reconhecimento de firma em cartório.

1) A exigência de reconhecimento de firma em cartório nas declarações a serem apresentadas para habilitação das empresas interessadas em certame licitatório restringe a competitividade. 2) Os documentos habilitatórios podem ser apresentados em original ou por processo de cópia autenticada administrativamente e o reconhecimento de firma se justifica somente quando houver dúvida fundada quanto à autenticidade ou previsão legal. (Processo nº: 204900/2015, Representação de Natureza Externa, Rel. Antônio Joaquim, Acórdão Nº 402/2021 - tribunal pleno, julgado em 17/08/2021) (g.n)

Do mesmo modo, a teor dos argumentos já expendidos, improsperável a alegação quanto a ausência de procuração do sócio Antônio Furtado de Menezes, prevista no item 1, "I" - Habilitação jurídica do Anexo I, por constar do contrato social a representação conjunta com os demais sócios, sustentando a ausência de poderes para, isoladamente, assumir compromissos pela empresa.

Adicionalmente, é oportuno acrescentar que o exame dos autos demonstra que a **atuação conjunta de ambos os sócios no certame**, haja vista que o outro sócio, Péricles Couto Rocha, **participa como responsável técnico da empresa**, conforme se depreende claramente às fls. 477.

Pertinente ainda destacar que o contrato social, muito embora preveja a administração conjunta, estabelece como vedação na cláusula terceira, à fl. 430, com reprodução à fl.480, tão somente a prática de atividades



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO
www.camposdejulio.mt.gov.br

estranhas ao interesse social ou a assunção de obrigações seja em favor de quaisquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens da sociedade, o que definitivamente não é o caso em exame.

Patente que, no caso em concreto, o interesse dos sócios é convergente para os fins previstos no estatuto social, haja vista a participação pessoal e conjunta de ambos nos documentos carreados aos autos, de forma que admitir-se a hipótese de exigir-se, em complementariedade, a apresentação de procuração com poderes específicos desse seria incorrer em restrição, vedada à espécie.

Dessa forma, pode-se facilmente concluir que as alegações da recorrente não merecem prosperar, tendo em vista que a habilitação da licitante **STARK CONSTRUÇÃO LTDA** seguiu as regras e os critérios do instrumento convocatório, os dispositivos previstos na Lei nº 8666/93 e os princípios norteadoras do certame.

Nesse sentido, a Lei nº 8.666/93 menciona em seu artigo 41 que: ***"A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada"***.

V - DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, em consonância com a análise dos documentos anexados aos autos e em estrita observância aos termos da Lei nº 8.666/93, e visando os princípios da legalidade, da impessoalidade, da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, **NEGA-SE PROVIMENTO** ao recurso interposto pela licitante **GMN EMPREENDIMENTOS EIRELI**, mantendo, por consequência, a habilitação da empresa recorrida **STARK CONSTRUÇÃO LTDA**, face a observância às exigências previstas no edital.

Campos de Júlio - MT, 15 de julho de 2022.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO
www.camposdejulio.mt.gov.br

Eric Rodrigo Pettenan
Presidente da CPL

Josiane Gineli dos Santos

Membro

Darci Rodrigo Teixeira

Membro

Analísado pela Procuradoria Jurídica em

15 06 2022

VIVIANE BARBOSA SILVA
Procuradora Jurídica
Portaria nº 071, de 23/02/2016
Matrícula nº 1413

ACOLHO E MANTENHO A DECISÃO da Comissão Permanente de Licitação, subsidiada pela Procuradoria Jurídica, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto pela licitante **GMN EMPREENDIMENTOS EIRELI**, com base em todos os motivos acima expostos.

Campos de Júlio, 15 de julho de 2022.

Irineu Marcos Parmeggiani
Prefeito Municipal